

SER OU ESTAR POBRE?

A Construção Social da Noção da Desigualdade

LINDOMAR WESSLER BONETI



contexto
educação

RESUMO

A construção social da noção da desigualdade e os parâmetros usados pelas instituições públicas na delimitação da condição social têm papel na manutenção da discriminação dos pobres. A concepção etnocêntrica que funda as ações públicas e o imaginário social usa, como parâmetro de delimitação da condição social habilidades, tecnologias, hábitos e bens materiais e simbólicos a que os mais pobres não têm acesso, o que faz da pobreza uma condição de ser e não de estar, quer dizer, uma condição permanente.

Palavras-chave: *desigualdade, pobreza, exclusão, etnocentrismo, imaginário social.*

Aceito para publicação em abril de 2001

¿SER O ESTAR POBRE? LA CONSTRUCCIÓN SOCIAL DE LA NOCIÓN DE LA DESIGUALDAD

RESUMEN: *La construcción social de la noción de la desigualdad y los parámetros usados por las instituciones públicas en la delimitación de la condición social, tiene un papel en la manutención de la discriminación de los pobres. La concepción etnocéntrica que funda las acciones públicas y lo imaginario social usa, como parámetro de delimitación de la condición social habilidades, tecnologías, hábitos y sus bienes materiales y simbólicos a lo que los más pobres no tienen acceso, lo que hace de la pobreza una condición de ser y no de estar, es decir, una condición permanente.*

Palabras-clave: *desigualdad, pobreza, exclusión, etnocentrismo, imaginario social.*

IS IT TO BE POOR OR BEING POOR? THE SOCIAL CONSTRUCTION OF THE NOTION OF INEQUALITY

ABSTRACT: *The social construction of the notion of inequality and the parameter used by public institutions in the delimitation of the social condition has a role in maintaining poor discrimination. The ethnocentric concept, which founds public actions, and the social imaginary use as parameter of delimitation of social conditions abilities, technologies, habits, material goods and symbolic to which poorer people don't have access, what makes poverty a condition of being and not to be, which means a permanent condition.*

Keywords: *inequality, poverty, exclusion, ethnocentric, social imaginary.*

Neste texto, a partir de resultados de pesquisa que há vários anos estamos realizando sobre o tema da pobreza, desigualdade e exclusão social, buscamos analisar o papel da construção social da noção da desigualdade e dos parâmetros utilizados pelas instituições públicas na delimitação da condição social, no afloramento das próprias desigualdades sociais. Mesmo considerando que as desigualdades sociais têm origem prioritariamente nas relações sociais que se estabelecem em torno da dinâmica da produção da vida material, argumentamos que a construção da noção da desigualdade e que os parâmetros de delimitação da condição social utilizados por alguns segmentos sociais e pelas instituições públicas contêm elementos desqualificativos que discriminam os segmentos pobres e determinam um aguçamento das desigualdades sociais. Entendemos que a concepção etnocêntrica, inserida nos fundamentos teóricos das ações de intervenção social das instituições públicas e no próprio imaginário social, utiliza como parâmetros de delimitação da condição social habilidades, tecnologias, hábitos e bens materiais e simbólicos a que normalmente o segmento pobre não tem acesso, o que faz da pobreza uma condição de *ser* e não de *estar*.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA NOÇÃO DA DESIGUALDADE

Torna-se mais complexo compreender o que se pensa e o que se imagina sobre a desigualdade que buscar a sua origem. Existe uma mistura de imaginário e realidade na construção da noção da desigualdade normalmente envolvendo diferentes conceitos que se entrelaçam, como é o caso do da condição social com o da diferença. Pensar sobre desigualdade implica pensar a condição social; pensar sobre a condição social implica pensar sobre diferença. A diferença aparece sempre como uma espécie de parâmetro de determinação da condição. É assim no senso comum e é assim também na academia. A diferença explicita aquela condição social, aquele comportamento, aquele modo de produção da vida etc. que foge ao padrão convencional. Portanto, a diferença, no senso comum ou na academia, apesar de se constituir num instrumento de determinação da desigualdade, é vista de uma forma positiva, enquanto que a noção da desigualdade aparece sempre com conotação negativa.

Essa negatividade imbuída na noção da desigualdade nasce dos parâmetros que se estabelecem para determinar uma condição social julgada digna para o sujeito social. Neste caso, a desigualdade estaria associada a uma condição social dita inferior. O desigual seria o pobre e não o rico, o diferente seria o pobre e não o rico, mesmo que o pobre se apresente na maioria. A diferença entre um e outro sujeito social acaba sendo associada, tanto pelo imaginário social quanto pelas instituições públicas, com o *ser* do sujeito em lugar do *estar*. Isto é, deixa de ser uma condição passageira do sujeito social para se constituir numa condição perene, ou até numa *qualidade* ou numa *racionalidade*. É desse princípio que nasce aquilo que conhecemos como discriminação.

Essa construção social da noção da desigualdade, faz dos iguais os desiguais. Por exemplo, na feira livre feirantes e fregueses são iguais, gente humilde que se veste igual, que igualmente todos têm aperto no orçamento com uma condição social similar, porém uma pessoa (uma senhora, por exemplo) que visita a feira como consumidora, exibindo hábitos luxuosos, vestindo-se diferentemente de todos, torna-se ela sozinha a igual, porque o padrão dela é o utilizado pelo conjunto social como referencial para estabelecer parâmetros de definição da condição social. Os demais, feirantes e fregueses, de camisetas e chinelas de dedo, se tornam, perante ela, os desiguais. Por quê? Porque a igualdade não se estabelece pela maioria, mas a partir do conceito do padrão, que, na nossa sociedade capitalista, é imposto pelas classes dominantes. O igual assume uma posição de comando ou, no mínimo, de superioridade, perante o diferente. Trata-se de uma construção social originada de um processo histórico de dominação.

A construção das idéias de desigualdade estabelece parâmetros de delimitação da condição social envolvendo relações de dominação, que faz florescer ainda mais a desigualdade. Portanto, existe uma relação de dominação até mesmo na utilização dos parâmetros para delimitar as condições sociais. Esses parâmetros partem de critérios valorativos que envolvem habilidades, bens reais, culturais e simbólicos normalmente em poder de segmentos sociais dominantes. A atribuição de um valor simbólico a certos bens culturais resultados do trabalho e habilidades acompanha uma lógica de mercadoria, o que isenta a obrigatoriedade de ter função social explícita. Portanto, não se aplica a teoria da função social creditando valores

real e simbólicos aos bens culturais, habilidades, atitudes e objetos a partir da sua real utilidade social. A forma de se vestir, de se pentear, de falar etc., da senhora considerada rica que compareceu à feira, tem uma valoração simbólica maior que a dos feirantes, embora eles saibam que essa senhora possivelmente sequer trabalha, que a contribuição de suas habilidades tem menor importância social que a dos feirantes.

Uma outra questão a tratar no discurso da desigualdade diz respeito ao imaginário que se constrói a partir da relação entre o dito igual e o dito diferente ou na relação entre o dominador e o dominado. Esse imaginário faz florescer uma certa distinção entre os ditos inferiores e os ditos superiores. Essa distinção aparece claramente na reação dos feirantes ao receber a visita da senhora dito rica e parece ter origem no reconhecimento formal do caráter dominante do seu jeito de ser. Os segmentos sociais ditos diferentes, mesmo em maioria, que são os de condições sociais “inferiores”, admitem que os segmentos sociais mais abastados têm poder constituído, formal, sobre eles, os pobres. Isso resulta no atendimento diferenciado, no respeito formal que os feirantes dispensam à senhora dito rica que lá comparece, oferecendo-lhe ajuda etc. Portanto, a noção da desigualdade pressupõe que se origina no contexto de uma dinâmica de poder e dominação e à medida que os segmentos dominados reconhecem passivamente a “legitimidade” desse poder e dominação, a desigualdade, ela própria, passa a se constituir num mecanismo de recriação dessa condição.

O reconhecimento apenas formal do poder dos segmentos dominantes sobre os dominados significa considerar que existe uma consciência implícita (que em certas circunstância diz respeito à consciência de classe) dos segmentos dominados em relação à fragilidade e à inutilidade do valor simbólico dos bens culturais, habilidades e demais bens reais em poder dos segmentos dominantes, o que os mantém nessa condição. Veja, por exemplo, que existe um desdém no meio dessa relação. Isso é um indicativo de que o imaginário social reconhece que existe uma relação de dominação que envolve a formulação da noção de desigualdade social, como também a própria desigualdade. Não apenas a academia sabe que por trás de um parâmetro da condição social existe um processo de dominação econômica e cultural que diferencia os diversos segmentos sociais. Neste caso, a reação de desdém depois que a nobre

senhora se retira significa um certo desprezo a essa condição de dominação. Na presença dela as pessoas mantêm um respeito formal (em nome do poder simbólico que ela carrega), mas depois que ela se retira o seu jeito de ser nada mais é do que motivo de risos. Se lembrarmos os relatos pitorescos que o imaginário social criou ao longo da história da humanidade, dicotomizando os lados na diferenciação social, podemos até imaginar que, às vezes, o único caminho para o imaginário social é tornar herói o diferente. As aventuras de Pedro Malazartes e as inúmeras histórias envolvendo a figura do rei (o poder dominador) e o servo (dominado) candidato a casar-se com a filha do rei foram criadas pelo imaginário social e, na maioria das vezes, dá ao dominado um dote de inteligência (e/ou de beleza) que supera do dominador. Trata-se, na verdade, de uma superação imaginária da condição social abrindo critérios novos para esquivar-se dos já existentes no processo da dominação na perspectiva da superação da condição de dominação. É o caso das histórias da Cinderela, explorada pela madrasta malvada, até que um dia, graças a sua graciosidade, desperta interesse de um príncipe, justamente o pretendente das duas filhas legítimas, o qual pede-a em casamento etc. etc. Isto é, a graciosidade foi mais forte e superou a dominação formal e legitimada pela sociedade que existia entre a pobre moça e a sua madrasta. Outro exemplo diz respeito ao caso da imaginação brasileira criada em torno da história da nossa colonização pelos portugueses. No imaginário social criaram-se histórias ressaltando a inteligência dos brasileiros em relação aos portugueses como estratégia de superação da dominação portuguesa. São histórias em que, geralmente, os brasileiros ganham dos portugueses graças à diferença de inteligência em favor dos brasileiros. Isso significa dizer que o imaginário social reconhece a dominação e que esta se dá a partir de critérios elaborados pelo dominador. Neste caso, o imaginário do dominado cria novos critérios (e, na maioria das vezes, atribui ao dominado o papel de herói) para apresentar-se livre da dita dominação.

Em síntese, existe uma relação de poder e dominação que aparece implicitamente no discurso construído pelo imaginário social em relação às desigualdades sociais. Na maioria das vezes essa relação de poder e dominação é escamoteada por uma aparente “normalidade” do fato de existir desigualdades sociais.

O DEBATE ACADÊMICO EM TORNO DO TEMA DA DESIGUALDADE

Na academia a noção da desigualdade não tem-se distanciado daquela elaborada pelo senso comum, conservando, basicamente, os mesmos elementos. A lembrança mais próxima em relação aos estudos da desigualdade continua sendo aquela elaborada por Marx ao ressaltar a relação de integração entre o capital e o trabalho, assentada na desigualdade. Isso nos faz lembrar que, de fato, a teorização do modo de produção capitalista e, por que não dizer, da própria modernidade, feita por Marx, tem como base justamente o papel dialético da desigualdade. A desigualdade representa, no modo de produção capitalista, a integração e a desintegração, o fundamento da alienação do trabalhador e, conseqüentemente, a idéia da perpetuação da relação desigual, a base da luta de classe e o motor do conflito que propicia mudança. A desigualdade entre as pessoas proprietárias dos meios de produção e as da força de trabalho é fundamentada sobre a exploração de classe. É uma relação desigual, assentada na exploração e, portanto, conflituosa. Trata-se de um conflito paradoxal: ambos os lados dependem um do outro para a sua perpetuação. Contudo, o significado histórico da desigualdade faz com que eles lutem pela eliminação da parte opositora. Isso significa dizer que, para Marx, o caráter de dominação tem um expressivo significado na origem das desigualdades sociais.

Na sua obra *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre Homens*, Rousseau, mesmo carregando uma conotação de valores morais, considera que, ao falar de desigualdade, supõe existir uma relação de dominação (ou de opressão) de alguns segmentos sociais sobre outros, uma relação de exploração. Diferentemente de Marx, a dominação e a opressão têm origem nos valores morais e não nas relações de produção. O foco da questão, segundo Rousseau, não é exatamente o sistema social, a estrutura social, mas o homem, a condição humana. Nesse sentido se justifica a sua análise centralizar-se em comportamentos morais e valorativos do ser humano.

Rousseau diz (1991, p.235):

Concebo, na espécie humana, dois tipos de desigualdades: uma que chamo de natural ou física, por ser estabelecida pela natureza e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das desigualdades do espírito e da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Esta consiste nos vários privilégios de que gozam alguns em prejuízo de outros, como os serem mais ricos, mais poderosos e homenageados do que estes, ou ainda por fazerem-se obedecer por eles.

Podemos dizer que a principal preocupação de Rousseau é justamente com o segundo tipo de desigualdade concebido por ele. Na obra acima citada, Rousseau sugere uma lógica evolucionista para a espécie humana, distinguindo o homem-natureza do da organização da sociedade civil, considerando que a desigualdade aparece com a propriedade privada e a organização política da sociedade. Isto é, o aparecimento da propriedade originou a sociedade civil e é nela que se encontra a origem das desigualdades entre os homens. É sobre este aspecto que Rousseau relaciona a desigualdade à questão moral e valorativa. Depois de descrever a esplendorosa condição de vida do homem natural, Rousseau começa a segunda parte da sua obra, *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, dizendo:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cerca de um terreno, lembrou-se de dizer isto é meu e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: “defendei-vos de ouvir este impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a guerra não pertence a ninguém.” (Rousseau, 1991, p.259)

O conceito de diferença em Rousseau para o estudo da desigualdade se faz importante porque somente assim é possível compreender o papel do etnocentrismo na produção da desigualdade. Em Rousseau etnocentrismo e desigualdade têm inter-relação.

Entre os textos importantes para exeme destes conceitos estão os dois Discursos, o Ensaio sobre a origem das línguas, o Contrato e a Carta a d’Alembert. Em relação a desigualdades, pode-se inicial-

mente dizer que não é de se estranhar – tendo em vista o contexto conceitual do Segundo Discurso – que se possa lê-lo no sentido forte em que aí se instala. Estranho seria não considerar como o conceito de diferença aí se apresenta. Quando se lê desigualdade neste texto, vêm à mente termos como: propriedade, riqueza, opressão, dominação, tirania. De outro lado, o termo diferenças comparece nos contextos em que se faz apropriado para designar possibilidades efetivas ou virtuais do indivíduo singular, ou do homem em suas relações sociais. (Garcia, 1999, p.68)

Em síntese, nesses dois estudos clássicos, o poder e a dominação estão presentes como justificativas da origem das desigualdades, ressaltando as diferenças na formulação do pensamento entre os dois pensadores analisados.

Aproximando-se de nossos tempos, observa-se uma tendência de a academia tratar a desigualdade social a partir de problemáticas específicas originadas da própria desigualdade, como é o caso da pobreza e da exclusão social. São problemáticas específicas que nascem das desigualdades, mas são elas que tomam a atenção dos estudiosos. Neste caso, as abordagens teóricas tendem a distanciar-se da formulação marxista que associa a desigualdade à luta de classe. Igualmente esses estudos pouco associam a desigualdade ao poder e à dominação, elementos muito lembrados pelos clássicos citados e pela construção social da noção da desigualdade como importantes fatores de origem das desigualdades sociais. Merecem atenção, nesse aspecto, Paugam (1996) e Schnapper (1996) por exemplo. Paugam utiliza, para explicar a exclusão social, termos como “precariedade do emprego”, “degradação moral”, “desilusão no progresso” etc. Schnapper (1996) apela à falta da coesão social no estágio atual do capitalismo, que deveria ser garantida pelo assalariamento. Esse autor ainda menciona uma das conseqüências mais graves desse processo, que é a desagregação familiar. Robert Castel menciona dois aspectos como origem da exclusão social: o primeiro seria a falta de acesso ao patrimônio e ao trabalho regulado, o que resultaria na vagabundagem, na mendicância, na criminalidade etc. O segundo aspecto seria o processo de desqualificação social provocado pela própria evolução tecnológica. Wacquant (1996) menciona três principais aspectos que explicam a exclusão social: estrutura de mercado, características da conduta individual e características sociais do local de residência.

OS PARÂMETROS DE DELIMITAÇÃO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA NOÇÃO DA DESIGUALDADE

A seguir analisaremos o papel dos parâmetros de delimitação da condição social utilizados pelas instituições públicas e até mesmo pelo imaginário social na produção das desigualdades sociais. Para isso utilizaremos dados empíricos de uma pesquisa por nós recentemente realizada que tinha como objetivo associar a elaboração de parâmetros de delimitação da condição social pelas instituições públicas ao caráter e à gestão das políticas públicas de luta contra a pobreza.

A questão que nos levou ao estudo era a de que a lógica racionalista e dualista impregnada nas instâncias burocráticas do Estado poderia determinar a construção de parâmetros de linha de pobreza nos quais se escondem bens sociais e serviços normalmente em poder de segmentos pobres da população, o que faz da pobreza uma condição de ser e não de estar.

Partimos do pressuposto de que a construção da condição social a partir de parâmetros racionalistas e cientificistas de instâncias burocráticas do Estado se materializa, no meio social, pela construção de identidades coletivas, aos moldes como Manuel Castells (1999, p.22-25) elabora. Ou seja, a instância burocrática do Estado poderia determinar a construção da condição social através do que Manuel Castells chama de “identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”. Nesse sentido, a preocupação de pesquisa centrou-se em examinar a construção da condição social não apenas expressa nos parâmetros utilizados por organismos oficiais mas também em outros segmentos sociais.

Neste texto utilizaremos apenas os dados coletados em entrevistas a respeito do significado do ser pobre. O critério de escolha dos entrevistados foi aleatório, mas, em seguida, na análise, dividimos os entrevistados em dois grupos, dependendo da condição social, as pessoas consideradas pobres e as consideradas não pobres

(de conformidade com parâmetros oficiais). Na análise levamos em consideração igualmente a ocupação e a formação cultural dos entrevistados.

Os critérios normalmente utilizados para definir a condição de pobreza, a partir dos quais dividimos as pessoas entrevistadas em grupos diferentes, foram aqueles elaborado pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), os quais diferenciam indigência, pobreza e bem-estar, a partir do custo da cesta básica.

O Que é Ser Pobre

No Brasil, os indicadores utilizados para a efetivação do cálculo da diferenciação social são praticamente os mesmos utilizados por outras organizações mundiais, ou seja: saúde, educação e renda *per capita*. Curiosamente, esse fator é um dos aspectos que mais nos chamou a atenção quando da análise dos dados da nossa pesquisa. Ou seja, ao se tentar estabelecer uma comparação entre tais indicadores e os que a população utiliza, sobretudo a população originada de segmentos verdadeiramente pobres, constatou-se que existe uma diferença entre os parâmetros utilizados pelas instituições oficiais e pela população em geral, principalmente pelas pessoas pertencentes ao segmento considerado pobre. Os indicadores oficiais pressupõem resultados: rendimento mínimo, mortalidade mínima, analfabetismo mínimo, esperança de vida, capacidade de consumo etc. Os indicadores utilizados pela população considerada pobre são fundamentados sobre o acesso: ao trabalho, à educação, aos serviços de saúde etc.

Por exemplo, as instituições públicas utilizam o indicador de saúde e não a condição de acesso da população a esse serviço, mas apenas um resultado final desse serviço, que é a mortalidade infantil. De igual forma, o indicador de educação é medido por um dos seus resultados finais, o analfabetismo. Não se utilizam o acesso, a condição de acesso e o procedimento metodológico das escolas, os quais podem estar beneficiando alguns segmentos sociais em detrimento de outros etc. A renda *per capita* é outro indicador utilizado pelas instituições oficiais e não pelo segmento pobre da população entrevistada. Para essas pessoas não importa o quanto ganham, o impor-

tante é ter acesso a algum tipo de atividade que lhe renda qualquer coisa para ganhar a vida. Em síntese, a lógica da população pobre é a da inclusão, ter acesso significa ter possibilidades de ser incluída.

O primeiro aspecto constatado em relação à questão do ser pobre é que há uma diferença fundamental no discurso referente ao ser pobre, dependendo da condição social do entrevistado. As pessoas entrevistadas situadas em uma melhor condição de vida, fora da condição de pobreza, especialmente as pessoas mais qualificadas na sociedade, como é o caso de professores, estudantes de pós-graduação, médicos, advogados, engenheiros, comerciantes etc., demonstram a tendência de analisar a pobreza em todos os seus aspectos, utilizando parâmetros semelhantes àqueles utilizados pelas instituições públicas. Esse segmento da população entrevistada utiliza parâmetros quantitativos e os da sobrevivência física, como é o caso do rendimento mínimo, como parâmetro de pobreza. Por exemplo, ser pobre é não ter o que comer, ser analfabeto, não ter moradia, viver na condição de higiene precária etc. Um outro aspecto muito citado por esse grupo de entrevistados é o poder de compra: o poder de aquisição, a compra de roupas, de brinquedos para as crianças. Isto é, a “cultura do consumo” aparece como parâmetro de delimitação da condição social para esse segmento social entrevistado.

Um outro aspecto levantado por esse grupo de pessoas, sobretudo entre os entrevistados da região Sul do Brasil, mais especificamente pessoas ligadas a atividades do tipo não intelectual, como comerciantes e profissionais liberais, é o dos critérios subjetivos, valores e questões morais como parâmetro de pobreza, como é o caso de ter objetivos de vida, associando a condição de pobre à não-objetivação da vida. No dizer da pessoa entrevistada “pobre é gente que não tem objetivos na vida, que não tem esperanças, parecendo que a vida para estas pessoas não é mais que uma passagem. Uma pessoa pobre é uma pessoa que não tem valores definidos, pode até ter condições materiais, mas não tem valores, é pobre” (entrevista).

Na realidade, essas pessoas entrevistadas citadas acima utilizam um novo critério de definição da pobreza que aparece cotidianamente no discurso popular, uma narrativa que consolida uma maneira de ver de uma parte da população não pobre. Trata-se de considerar que existe uma cultura própria das pessoas pobres, uma “racionalidade” de pobre, diferente da homogeneidade racional dominante da população em melhores condições sociais.

Mas o outro segmento social entrevistado, mais próximo à linha da pobreza ou pertencente a ela (de conformidade com os parâmetros oficiais), tem outra visão. A pessoa pobre entrevistada não utiliza como parâmetro de pobreza o nível de rendimento familiar. Ela não utiliza também o analfabetismo e as condições materiais (habitação, capacidade de consumo etc.) como sinônimo de pobreza. O pobre se sente pobre quando não tem acesso ao trabalho, à escola, ao transporte coletivo, aos serviços de saúde etc.

Outro parâmetro utilizado para considerar uma pessoa pobre, citado pelas pessoas consideradas pobres, paralelamente ao acesso a bens e serviços, diz respeito ao fato de não ter ocupação, mesmo que essa ocupação seja informal e de rendimento mínimo. Nesse caso atribui-se à pobreza um importante significado, o da não-utilidade social, comprometendo com isso a identidade social das pessoas. Dizendo inversamente, seriam pobres as pessoas que não teriam identidade social por não se sentirem úteis na sociedade. Essa interpretação estaria próxima à tese elaborada por Vincent Gaulejac (1994) em seu livro *La Lutte des Places*. Ou seja, para as pessoas pobres, uma atividade social, mesmo que tenha uma valorização simbólica mínima para a sociedade, retira a condição de pobre das pessoas. Em geral, as pessoas consideradas pobres a partir dos parâmetros utilizados pelas instituições oficiais, com exceção das pessoas que se encontram na condição de indigente, que vivem de ajudas, não se consideram pobres quando têm uma ocupação. Mesmo as pessoas que vivem de um rendimento mínimo ou que vivem de uma atividade informal, como é o caso dos “flanelinhas”, não se consideram pobres porque vigiar e lavar automóvel é uma atividade, é ter o que fazer, é sobreviver. Essas pessoas utilizam como parâmetro o fato de se sentirem úteis, de terem uma ocupação. Por exemplo, uma entrevistada que reside na cidade de Fortaleza (CE), empregada doméstica, 40 anos de idade, que tem um rendimento médio familiar, entre ela e o seu marido em torno de R\$200,00, não se considera pobre. Ela reside num bairro pobre da cidade, onde falta estrutura urbana, não tem esgoto, não tem supermercado, mas tem um posto de saúde, uma escola e transporte público. Isso é suficiente para que a entrevistada não se considere pobre e afirme: “eu não creio que seja pobre porque eu estou em boa saúde, eu tenho coragem de trabalhar, eu trabalho aqui na Dona R... três vezes na semana e eu ganho R\$100,00 por mês. Lá em casa nunca tem grandes coisas mas tem sempre o que comer, para mim e para meus filhos, então eu não sou pobre”.

Isso significa que o conceito de trabalho para as pessoas pobres é diferente do conceito dominante. Segundo a interpretação de segmentos sociais em melhores condições de vida, a pessoa que exerce uma atividade informal, por si só, já estaria incluída na condição de pobreza. Isso por dois motivos: primeiro porque a informalidade não traduz confiança de produzir um rendimento mínimo de sobrevivência; segundo porque o conceito dominante de trabalho é o institucionalizado, o formal. Mas o trabalho para uma pessoa pobre é simplesmente ter o que fazer e tirar o sustento desse que-fazer.

Outro aspecto que designa um sinônimo de pobreza, segundo os entrevistados considerados pobres, diz respeito ao abandono pela família ou pelo Estado. Por exemplo: “Pobre sou eu que vivo só, que não tem família. Meus pais são mortos, meus irmãos não me querem porque eu só lhes dou trabalho” (entrevista).

Os dados da pesquisa relativos à origem em si da pobreza é outra questão que merece destaque. O segmento da população entrevistada não pertencente a essa condição se divide no que se refere à análise desta questão. Geralmente, as pessoas que se dizem mais politizadas, como é o caso dos professores, dos estudantes de pós-graduação etc., consideram unicamente o modelo econômico em vigor no país e o desemprego como origem da pobreza. Mas as pessoas qualificadas que têm uma atividade profissional um pouco distante das discussões acadêmicas, como é o caso dos comerciantes, dos profissionais liberais etc., apelam à “racionalidade” ou à existência de uma “cultura” de pobre à qual já fizemos referência neste texto. Para essas pessoas, o modelo econômico seria um fator importante, mas o mais importante ainda é a vontade de vencer, ter um objetivo concreto na vida, vontade de trabalhar, de lutar.

Na realidade, nos encontramos em face de dois discursos diferentes originados de duas visões de mundo, de ideologias diferentes: um que tem origem na academia e nos movimentos políticos de esquerda; outro que tem origem no senso comum.

Quanto às implicações da pobreza sobre a cidadania, todas as pessoas entrevistadas associam pobreza à criminalidade e vice-versa, mas existe divergências em relação aos motivos dessa associação. Apenas um motivo assinalado é unânime: aquele segundo o qual a falta de boas condições de vida provoca conflitos familiares e so-

ciais. Mas, a partir das informações recolhidas, originadas dos discursos oficiais, assim como das entrevistas realizadas com o segmento social em melhores condições sociais, volta a questão da “cultura”, à medida que se considera que a criminalidade é expressiva entre os segmentos sociais pobres devido a falta de princípios éticos e morais.

As implicações da pobreza sobre a cidadania são avaliadas, pelas pessoas consideradas pobres, como a geração dos próprios problemas que dão origem à pobreza. A falta dos serviços sociais básicos, como é o caso dos serviços de saúde e educação, a falta de trabalho e o abandono pela família ou pelas autoridades são sinais de pobreza e, ao mesmo tempo, geram pobreza. Isso significa dizer que na perspectiva do pobre a pobreza se auto-recria, porque ela gera os mesmos males que a geram. O próprio fato de ser pobre tem significado sobre a condição do ser cidadão.

A força da solidariedade e da coabitação social é um outro aspecto que aparece com frequência nas entrevistas com as pessoas consideradas pobres. A solidariedade se exprime pela divisão espontânea da alimentação, de medicamentos, de decisões etc., com os vizinhos: “As pessoas que mais ajudam são os habitantes do bairro, eles lhes dão comida”; “Lá no nosso bairro as pessoas se metem na vida dos outros [...] dizem como cuidar das crianças etc.” (entrevista).

A Busca da Origem dos Parâmetros de Delimitação da Condição Social

Observa-se que as instituições públicas assim como os segmentos sociais mais abastados guardam uma lógica racionalista na utilização dos parâmetros de delimitação da condição social. Trata-se de uma lógica construída a partir de ingredientes do pensamento científico clássico.

Com o aparecimento do método experimental e o avanço da ciência do domínio da natureza, a física parece ser o primeiro ingrediente a integrar-se no processo da formação das ciências humanas. A economia política foi constituída na Inglaterra no decorrer da re-

volução industrial e da glória de Newton, quando havia uma influência considerável da epistemologia positivista. A partir de então, grandes teóricos das ciências do desenvolvimento econômico, como Adam Smith, Walras, Pareto e Saint-Simon, desejavam ser o Newton da mecânica social da produção e do consumo de riquezas (Grinevald, 1975, p.40).

A idéia que associa o progresso da humanidade à força e à energia pode ter sua origem na física, particularmente na termodinâmica. Em síntese, o pensamento de Newton cruzou as fronteiras do mundo natural para o social. Assim, Saint-Simon, um dos precursores da ciência do desenvolvimento, foi um dos primeiros teóricos do desenvolvimento a associar o progresso humano à idéia da força e da energia. Essa interpretação deu origem não apenas à idéia segundo a qual o desenvolvimento social está condicionado ao desenvolvimento industrial (o sinônimo do capitalismo), mas à que não existe singularidade no que se refere ao desenvolvimento social. Como ao da indústria, a força que impulsiona o desenvolvimento não nasce do mesmo corpo (comunidade, por exemplo), mas de uma força externa. É o mesmo que dizer que existe um centro no qual as idéias consideradas científicas se encontram e dele nascem e impõem um padrão homogêneo a partir do qual devem adaptar-se as singularidades. Isso é o mesmo que dizer que comunidades ou pessoas que utilizam modelos singulares de produção jamais podem desenvolver-se socialmente a partir das suas próprias experiências, mas dependem de idéias e tecnologias externas. Trata-se, na verdade, da concepção etnocêntrica criticada por Rousseau.

Outro aspecto importante a ressaltar, presente na teoria do desenvolvimento, é que a idéia do científico (a razão) impõe a sua universalidade de forma automática e infalível. A técnica, por ser fruto da ciência, é infalível. Saint-Simon dizia que a industrialização da sociedade se inscreve no contexto daquilo que ele chamava de “lei superior do progresso” que se impõe, quer os homens queiram ou não. Os homens não são nada mais dessa lei que seus instrumentos. Segundo Saint-Simon, essa “lei superior do progresso” deriva de nós, mas não está mais sob o nosso controle, não se têm mais condições de controlar a sua ação. Tudo o que se pode fazer é obedecer a essa lei, prestando atenção à sua marcha.

Augusto Comte, discípulo de Saint-Simon, por sua vez, desempenhou um papel importante na formação da ideologia do desenvolvimento. Ele reuniu os principais ingredientes usados pelos iluministas, como associar as ciências humanas às ciências naturais (sobretudo no que se refere ao método de investigação, a idéia da termodinâmica e os preceitos básicos do positivismo clássico) e os sistematizou, dando uma conotação mais contemporânea à ideologia do desenvolvimento, aparecendo com melhor nitidez a concepção etnocêntrica. Nas idéias de Augusto Comte, por exemplo, aparece como preocupação central a universalização de um padrão tecnológico e a vulgarização de um saber clássico e universal.

Isto é, aparece aqui além de uma concepção universalista da razão, aquilo que Rousseau criticava: a concepção etnocêntrica. Em outras palavras, a verdade é uma só, ela é universal e está no centro. A periferia deve submeter-se à verdade que vem do centro.

Outro aspecto a considerar diz respeito à utilidade do conhecimento científico como condição de sua cientificidade. Francis Bacon disse:

O saber que é poder não conhece nenhuma barreira, nem na escravidão da criatura, nem na complacência em face dos senhores do mundo [...] A técnica é a essência desse saber, que não visa conceitos e imagens, nem o prazer do discernimento, mas o método, a utilização do trabalho dos outros, o capital [...] O que os homens querem aprender da natureza é como empregá-la para dominar completamente a ela e aos homens. Nada mais importa [...] O que importa não é aquela satisfação, que para os homens, se chama “verdade”, mas “operacion”, o procedimento eficaz. (Adorno & Horkheimer, 1986, p.20)

Os ingredientes acima ressaltados, componentes básicos da razão, são utilizados hoje pelas instituições públicas como fundamento de intervenção na realidade social e florescem no imaginário social sobretudo como parâmetro de delimitação da condição social. É preciso considerar que a utilização desse pressuposto teórico, pelas instâncias burocráticas do Estado, se dá por duas razões: uma herança teórica conservadora secular que resiste no serviço público; um mecanismo de controle social, o que poderia ser interpretado, a partir do paradigma de classe, mecanismo de dominação de classe. Mas não apenas as instâncias do Estado utilizam de parâmetros

racionalistas e cientificistas. Entendemos que para compreendermos este fato é preciso considerar que o pensamento teórico de instâncias burocráticas do Estado se materializa no meio social, pela construção de identidades coletivas, aos moldes como Manuel Castells (1999, p.22-25) pensa. Ou seja, a instância burocrática do Estado pode determinar a construção da condição social através do que Manuel Castells chama de “identidade legitimadora”, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade, no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”. Isso explica o fato de que alguns segmentos sociais, como as classes médias e altas, utilizam os mesmos parâmetros de delimitação da condição social daqueles utilizados pelas instituições públicas. Além dessa “identidade legitimadora” da qual fizemos referência, podemos considerar que a utilização de critérios racionalistas e etnocêntricos, por alguns segmentos sociais, na delimitação da condição social, iguais àqueles utilizados pelas instâncias burocráticas do Estado, tem origem também na construção histórica de uma racionalidade, como aquela pensada por Max Weber, que dá fundamentos a uma construção imaginária e até cultural da condição social.

CONCLUSÃO

As instituições públicas, assim como o próprio imaginário social, são fundamentadas por uma racionalidade etnocêntrica e utilitarista que se expressa, fundamentalmente, em três principais esferas do contexto social: a produção da cultura e do imaginário social, a produção econômica e a gestão política (a organização das relações políticas que envolvem o Estado, as políticas públicas etc.). Na prática, essa racionalidade determina o aparecimento de uma leitura irreal da condição social pelas instituições públicas e por alguns segmentos sociais. Essa interpretação determina a utilização de métodos inadequados de intervenção social pelas instituições burocráticas do Estado.

Uma forma de visualizar o papel do etnocentrismo na sociedade e o seu poder de dominação (a serviço de alguns segmentos sociais) e de produção das desigualdades seria o uso de uma metáfora: a da esfera.

O centro pode ser físico (geográfico) como pode ser uma abstração de verdade. No imaginário social, no centro físico (ou geográfico) de um espaço determinado encontra-se acumulada *maior verdade*, ou, o centro (abstração) da verdade.

A idéia do centro funciona como uma atribuição real ou simbólica que se entrelaça. Isto porque o real vira simbólico e vice-versa. O centro real é a parte de um espaço geográfico que congrega bens reais e simbólicos para onde é atraída a periferia. O centro simbólico é constituído pelas construções sociais elaboradas a partir da idéia de que a verdade se encontra no centro. De igual forma, a elaboração do conhecimento científico, tecnológico e habilidades tem maior valor real e simbólico à medida que se aproxima do centro, perdendo sucessivamente à medida que se afasta em direção à periferia. É científico tudo que for útil; o útil está no centro. No modo de produção capitalista a idéia da utilidade passa a ser mercadoria.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do conhecimento*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Coleção A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, v.2.

GARCIA, Claudio Boeira. *As Cidades e Suas Cenas*. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

GAULEJAC, Vincent; LÉONETTI, Isabel Taboada. *La lutte des places*. Paris: Hommes et Perspectives, 1994.

GRINEVALD, J. Science et développement: esquisse d'une approche socio-épistémologique. *La pluralité des mondes* – Cahier de l'I.E.D. 1. Genebra e Paris: P. U. F, 1975, p. 40-65.

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973.

MARX, Karl. *A ideologia alemã I*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

PAUGAN, S. *L'exclusion – l'état des savoirs*. Paris: Édition la Découverte, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens. In: ROUSSEAU. São Paulo: Nova Cultural, 1991. p.201-320. Coleção os Pensadores 6.

SCHNAPPER, D. Intégration et exclusion dans les sociétés Modernes. In: PAUGAN, S. (Org.). *L'exclusion* – l'état des savoirs. Paris: Édition la Découverte, 1996.

WACQUANT, L. Underclass Urbaine dans l'Imaginaire Social et Scientifique Américain. In: PAUGAN, S. (Org.). *L'exclusion* – l'état des savoirs. Paris: Édition la Découverte, 1996.